

Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS/PR

Reunião Extraordinária de Junho de 2022

Aos oito dias do ano de dois mil e vinte e dois, às 13 horas e 35 minutos, foi iniciada a conferência dos presentes na reunião ordinária do CEAS/PR realizada em caráter híbrido. Estavam presentes os conselheiros da sociedade civil, no segmento dos usuários: Carlos da Silva, Alexan Carlos Goes, Cleny Thomas Maciel e Ademir Jose Santos. Segmento das entidades Trabalhadores do Setor: Adrianis Galdino da Silva Junior, Andressa Pires Martins, Caroline Dambrós Marçal, Rennan Ferreira, Jesiely Aparecida Pereira Lima e Mariza de Lourdes Novi Vieira. Segmento das entidades prestadoras de serviço: Jocelia Pires Lopes, Karina Keli dos Santos Valim, Neli Tereza Pomagierski Pivatto. E os seguintes conselheiros governamentais: Larissa Marsolik, Magali Socher Luiz, Paula Cristina Calsavara, Patricia Cavichiolo Tortato, Neuseli Bertola, Bruna Ottobelli, Manoel Tadeu Barcelos, Maiara de Almeida Abre, Isabel Cristina Modesto da Silva, Delvana Lucia de Oliveira, Rosineide Frez, Porcina Elizabeth de Oliveira Souto, Dulce Darolt, Lucimeri Sampaio Bezerra, Thiago de Angelis. Também registrou-se a presença dos seguintes convidados: Keity Cruz (MPPR), Gabriela Ferreira (MPPR), Everton (Nossa Gente PR), Tamara (Nossa Gente Paraná), Michele (Nossa Gente Paraná). Após a verificação do quórum, deu-se início a abertura da Plenária com o vice-presidente Renann Ferreira saudando a todos, e justificando a ausência da presidente Larissa Marsolik, sendo assim, Renann fez um leitura da pauta juntamente perguntando se algum dos presentes tinha algo a adicionar na pauta, ninguém se manifestou. Adrianis Junior pediu a palavra e solicitou que constasse na ata os votos de pêsames de todos os presentes na reunião para a conselheira Vandete que perdeu a irmã e não pode comparecer na reunião. Andressa pediu a palavra e questionou quando seria dado as boas vindas aos novos conselheiros, ato que foi feito logo em seguida. A palavra foi passada a Paula para a apresentação do programa nossa gente Paraná. Paula fez a abertura do programa nossa gente Paraná, passando a palavra a Tamara (Atual coordenadora do programa). Tamara assume a palavra saudando a todos os presentes e se apresentando, Tamara faz a leitura do 1. explica as mudanças que teve no programa nosso paraná no ano de 2019 que foi alterado o nome de Família paranaense, hoje chamado programa nossa gente, seguiu dizendo que ele é a Estratégia de enfrentamento à pobreza e superação das vulnerabilidades sociais no Paraná, através de ações intersetoriais que visam o protagonismo da família, promovendo seu desenvolvimento e autonomia, gerando melhoria em suas condições de vida. Em ela faz a leitura do 2. que contou a origem do programa juntamente com os slides mostrando o impacto positivo deste mesmo programa no estado do Paraná juntamente com gráficos explicando a situação de extrema pobreza e áreas favelizadas. Tamara também leu o 3. que são os objetivocativos do programa, sendo eles: Fortalecer o trabalho em rede, Fomentar a integração de sociais diversas, Fomentar a Busca Ativa, o Cadastramento e o Acompanhamento de Famílias vulneráveis, Fortalecer o trabalho do SUAS. Paula assume o andar da reunião explicando o 4. MODALIDADES DE PARTICIPAÇÃO sendo elas: Renda Nossa Gente Paraná, Transferência direta às famílias, independente de adesão do município, local de ação, 399 (todo o Estado), Prioritários - Com indicadores de alta vulnerabilidade concentrada e valor do conforme cálculos do IVF- PR local de ação: 156, Adesão Espontânea – Aderiram espontaneamente ao Programa, independentemente de seus indicadores sociais, com o objetivo de utilizar a metodologia. Adesão à metodologia do Programa, local de ação, 207 e AFAI - Municípios que possuem famílias com adolescentes internados por medidas socioeducativas, Adesão aos editais do CEDCA local de ação, 185. Após essas informações foi mostrado um mapa gráfico 4.1 com a abrangência do programa no estado do Paraná e logo após foi reforçado o publico alvo deste programa 5., sendo eles Famílias em situação de alta vulnerabilidade social, selecionadas por meio do Índice de Vulnerabilidade das Famílias – IVF-PR. 5.1 VULNERABILIDADE SOCIAL Paula fez a leitura do gráfico explicando quais são as condições em que se aplica as políticas, que são elas Pobreza e extrema pobreza, Desemprego, Dificuldade de acesso a direitos, Limitações na inserção social, Violência e violações de direitos humanos. Exclusão social e estigmas. 5.1.1 ÍNDICE DE VULNERABILIDADE DAS FAMILIAS, Paula faz a leitura desde ponto ressaltando a extração de informações a partir do Cadastro único, com um outro componente sendo o acesso ao trabalho e renda, onde diz as informações de renda e escolaridade da família, somando esses componentes chegamos ao índice de vulnerabilidade que vai de 0.0 a 1.0 no ponto 5.1.2 explica a APLICAÇÃO DO IVF/PR, que Quanto mais próximo de 1, maior o IVF-PR, O cálculo habilita os 25% das famílias mais vulneráveis no município para inclusão no Programa, As famílias com maior IVF são convidadas e entrar no Programa. 5.2 ONDE VISUALIZO AS FAMÍLIAS EM ALTA VULNERABILIDADE?, Paula explica o exemplo dado pelo slide com uma imagem do sistema, dizendo que o técnico tem acesso a esse sistema de todas as famílias do município, todas as famílias são pontuadas de acordo com sua vulnerabilidade, sendo divididas as famílias com seus níveis de pontuação, Tamara complementa falando que todos os técnicos de outras políticas tem acessibilidade com este sistema. 5.3 DIAGNÓSTICO FAMILIAR, Paula explica quais são os fatores analisados as potencialidades de vulnerabilidade das famílias, que são: Direito das Crianças e Adolescentes, Documentação civil básica, Condições do domicílio, Condições de saúde, Segurança alimentar, Trabalho e renda, Vínculos comunitários e familiares, Violência e direitos humanos, a análise é feita nestes pontos, para começar com um plano de ação. 6. ARRANJO DE GESTÃO, Paula segue dizendo que o plano de ação será construído colaborativamente da família e os profissionais envolvidos, que são eles: Comitê local – são os que estão mais próximos as famílias fazendo o acompanhamento, Comitês municipais – é o que da suporte as equipes que fazem o acompanhamento das famílias cada município com suas secretarias tem sua forma de agir, Comitês regionais – é a representação estadual e a unidade gestora estadual – o que da suporte ao desenvolvimento do programa. 6.1 COMPETÊNCIAS Paula fez a leitura destes pontos: UNIDADE GESTORA ESTADUAL suas atribuições são, Definição de estratégias e ações de âmbito estadual Planejamento, monitoramento e avaliação do Programa, coordenação é, Secretaria de Justiça, Família e Trabalho e é Composta por 19 Secretarias e Empresas do Estado. COMITÊS REGIONAIS suas atribuições são, Definição de estratégias e ações de âmbito regional Suporte aos municípios, sua coordenação é Escritório Regional da SEJUF e sua composição é Secretarias e Órgãos do Estado com atuação descentralizada. COMITÊS REGIONAIS suas atribuições são, Definição de estratégias e ações de âmbito regional Suporte aos municípios sua coordenação é Escritório Regional da SEJUF e sua composição é Secretarias e Órgãos do Estado com atuação descentralizada. COMITÊS MUNICIPAIS suas atribuições são Gerenciamento do desenvolvimento do Programa no município Suporte aos Comitês Locais Compartilhamento com a gestão e instâncias de controle social sua coordenação é Órgão Gestor da Assistência Social e sua composição é Órgãos Gestores: Assistência Social • Saúde • Educação • Trabalho • Habitação • Agricultura • outros. COMITÊS LOCAIS suas atribuições são Atendimento intersetorial às famílias do território sua coordenação é Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), e sua composição é CRAS • CREAS/Equipe PSE • Unidade Básica de Saúde • Equipamentos da educação pública • Agência do Trabalhador • Extensionista Emater • outros. 6.2 INTERSETORIALIDADE Paula descreve o gráfico que mostra o que Está entre os princípios organizativos do Sistema Único de Assistência Social. 7. OPERACIONALIZAÇÃO, continua explicando junto aos slides, como funciona a operacionalização e o Sistema informatizado de gestão do acompanhamento familiar e que Inclui toda operacionalização documental, cadastramento, planejamento de ações, monitoramento de resultados, controle de inclusões e desligamentos também Fornece indicadores de aderência municipal e Agendamento e registro de reuniões. 7.1 METODOLOGIA DE ACOMPANHAMENTO Paula explica o gráfico falando o passo a passo para uma família ser ajudada, que são eles: 1 diagnóstico, 2 planejamento, 3 execução e 4 graduação. 7.1.1 CONDIÇÕES MÍNIMAS Paula faz a leitura do destas condições: Todas as crianças e adolescentes com certidão de nascimento, Todas as gestantes em acompanhamento pré-natal, Todas as pessoas maiores de 14 anos com RG, Membros familiares com hipertensão e diabetes acompanhados pela UBS, Superação da situação de trabalho infantil, Acesso a água potável, Todas as crianças e adolescentes (6 a 14 anos) frequentando a escola, Renda per capita acima de R\$ 105,00, Vacinação de todas as crianças de até 1 ano de idade. Alexan (conselheiro) faz as seguintes perguntas a Paula, onde extrema pobreza se encaixa no programa?, de onde vem a fonte do recurso?, pra que é o recurso do BID?. Paula responde que com relação ao BID mais tarde na apresentação sera falado sobre, com relação a extrema pobreza, a renda é pontuada como uma das características que está la no cadastro único, e que vem em uma dimensão de trabalho e renda, todas as famílias que estão em pobreza ou extrema pobreza tem uma pontuação maior nesse quesito, mas para a seleção das famílias usamos essa dimensão maior que é a de vulnerabilidade social onde não há um recorte de renda, pois ela tem outras dimensões muito mais prioritarias do que a renda ou ao contrario no programa ela será incluída com situação de renda ela compõem esse índice de vulnerabilidade. 7.2 EIXOS DE ATUAÇÃO DO PROGRAMA Paula continua e lê que dentro dos sistemas tem os seguintes eixos: saúde, educação, trabalho e renda, assistência social, segurança alimentar, habitação juntamente com o Planejamento de ações a serem desenvolvidas pelos técnicos se processam nos 6 eixos. 7.3 EXECUÇÃO DO PROGRAMA Paula fez esta leitura citando os seguintes pontos: Acompanhamento direto das famílias mais vulneráveis por 2 anos; Realizado de modo intersetorial; Com a oferta de serviços integrados, planejados de acordo com as necessidades da família e Toma-se a família como agente ativo na política pública. 8. FOMENTO Paula começa a falar sobre os fundos de financiamento do programa mas libera para pergunta dos conselheiros, Andressa fez uma pergunta que será respondida mais no final da apresentação, Renann está com a palavra e irá realizar três perguntas, a primeira é se o material da apresentação será liberado para o conhecimento dos conselheiros, Paula responde rapidamente que será liberado sim. A segunda pergunta se o BID é um fundo perdido ou é só um empréstimo do governo do estado, e ele também completou perguntando se a formula com que é feito o calculo será liberado para o conhecimento do Renann. Paula responde a terceira pergunta feita por Renann dizendo que tem uma nota tecnica que está no site da SEJUF, e que ela vai enviar o link para o Renann. Paula complementa dizendo que o financiamento é um contrato de empréstimo e que foi assinado em 2014 e continua em andamento com previsão em dezembro de 2023. Tamara está com a palavra e explica sobre o BID, dizendo que ele foi um parceiro desde o começo, pois ele já tinha um conhecimento em atendimento nessa logica de acompanhamento familiar, continuou dizendo que não é uma parceria só de empréstimo e sim também de apoio tecnico, temos também recurso do tesouro que co-financia renda do nossa gente Paraná, essa tranferencia de renda complementar para as famílias em extrema pobreza que são pagas com o recurso do tesouro de arrecadação do estado e a partir de 2014 passamos a contar com o financiamento internacional do BID na ordem de 60.000.000,00 de dolares, já foi executado 92% desse recurso do financiamento nos projetos que serão mencionados ao andar da reunião. 8.1 CONTRATO BID, o contrato com o BID foi assinado em 06 de agosto de

93 2014 o contrato é o 3129/OC-BR, temos também os Aditivos do Contrato: 1ª alteração: março de 2019 (prazo, componentes e indicadores); 2ª alteração:
94 dezembro de 2019 (denominação do executor); 3ª alteração: dezembro de 2020: (prazo e remanejamento de valores); 4ª alteração: agosto de 2021:
95 (prazo, remanejamento e supressão de valores de contrapartida) 5ª alteração solicitada: agosto de 2022 (prazo), temos também o Prazo de execução:
96 ago.2014 a ago.2022 (dez.2023). 8.1.1 OBJETIVO E COMPONENTES, Tamara continua lendo e comentando que o objetivo é Promover a melhoria da
97 qualidade de vida e reduzir a vulnerabilidade social das famílias que residem em territórios de maior concentração de pobreza, mediante a articulação de
98 políticas e coordenação de serviços ofertados pelas diversas áreas do governo, e seus componentes são: Promoção da autonomia das Famílias em
99 Situação de Vulnerabilidade, Melhoria Integrada de Bairros e Fortalecimento Institucional. Andressa pergunta se parte do investimento de 60.000.000,00
100 ajudou com o projeto chamado comida boa, Tamara respondeu que 26.000.000,00 de reais dos 60 milhões de dólares foi para o comida boa. 8.1.2
101 COMPONENTES E AÇÕES, Tamara fez a leitura dos seguintes componentes e suas ações, Promoção da Autonomia das Famílias, suas ações são:
102 Modelo de Acompanhamento Familiar, Cofinanciamento dos serviços da política de assistência social juntamente com Incentivos e AFAL, Ações de
103 inclusão sócio econômica juntamente com Qualificação profissional, Renda Agricultor e Inclusão Produtiva Solidária, Transferência de renda juntamente
104 com Renda Nossa Gente e Energia Solidária. Melhoria Integrada de Bairros, suas ações são: Requalificação Urbana juntamente com aluguel Social,
105 Redução do Déficit Habitacional, Programa Caixa d'Água Boa, Construção de
106 CRAS e CREAS. Fortalecimento Institucional suas ações são: Sistema de Acompanhamento das Famílias, Monitoramento e Avaliação de Impacto e
107 Capacitação, divulgação e elaboração de material gráfico. Renann faz uma pergunta com relação ao funcionamento da caixa da água, Tamara responde
108 que mesmo depois das obras ainda é feito um acompanhamento com as famílias. Adrianis faz uma pergunta que é, qual é a contra partida do estado do
109 Paraná com o financiamento do BID hoje, tínhamos um contrato com eles em agosto de do ano passado que foi prorrogado pra quanto mais de contrato
110 nós teremos com o BID e qual a contra partida do estado? Tamara responde dizendo que a contra partida do estado foi de 40% do financiamento, o BID
111 entrou com 60M de dólares e o estado entrou com 40M de dólares, e continuou dizendo que já executou 98% e já pagou essa contra partida, a gente tem
112 pouco de recurso de contra partida ainda para apresentar, o investimento do BID foi focado nos 156 municípios, o contrato foi estendido até dezembro de
113 2023 lembrando que há pouco recurso disponível, e o recurso disponível está finalizando as obras de qualificação urbana. Alexan faz a pergunta pergunto
114 qual é a secretaria que faz o empréstimo geral. Tamara responde que é a SEJUF que faz o empréstimo e recebe o mesmo, complementa que o
115 governador quem assina o contrato, mas é a SEJUF que coordena, mas o gerenciamento do dinheiro difere um pouco para cada um. Paula assume a voz
116 e diz que agora ira começar divulgar as ações programas e projetos que foram financiados com recurso do BID 9. ACOMPANHAMENTO FAMILIAR Paula fez a
117 pergunta que o Acompanhamento Familiar foi embasado em muito processo de formação da equipe. 9.1 ACOMPANHAMENTO FAMILIAR: ALCANCE Paula
118 comenta sobre o gráfico que demonstra desde o início do programa que oficialmente ele foi iniciado no estado em 2012 e dessa época até 2021 foram
119 69.000 famílias incluídas e mais de 32.000 famílias desligadas ao longo do desenvolvimento do programa. 10. INCENTIVO NOSSA GENTE Paula fez a
120 leitura e comento um pouco sobre Repasse aos municípios para apoio às ações da Assistência Social. A ideia é fortalecer os serviços da política de
121 assistência social, pode ter o uso no CRAS para fortalecer a proteção social básica e em todos os serviços da proteção especial ou implantar os serviços
122 que ainda não se tem e teve início em 2013, seu Público: municípios prioritários e municípios de adesão espontânea, que executam o Programa Nossa
123 Gente Paraná; seu Objetivo: Aprimorar o atendimento dos serviços tipificados: PSB, PSE, Aprimoramento da Gestão e Benefícios Eventuais. O montante
124 deliberado: R\$ 57.423.740,00 e o Montante repassado: R\$ 48.118.078,20. 10.1 INCENTIVO Equipamentos CRAS/CREAS, Paula comenta que teve Início
125 em 2018; o Público: municípios que receberam a construção de CRAS e/ou CREAS, e municípios que tiveram construção de CRAS e/ou CREAS
126 construídos com recursos do (FEAS) e foram considerados contrapartida do BID. O Objetivo: adquirir equipamentos (mobiliário, computadores, material de
127 consumo, etc.) visando a melhoria do trabalho das equipes nestas unidades e do atendimento ofertado às famílias. E o Montante deliberado: R\$
128 3.500.000,00 e o Montante repassado: R\$ 2.300.000,00. 10.2 INCENTIVO COVID-19, Paula diz que em 2020 eles tinham o incentivo de fazer o incentivo
129 7, mas que com a chegada da pandemia foi pedido uma anuência ao banco que o mesmo recurso poderia ser direcionado ao auxílio dos municípios no
130 atendimento das famílias devido a pandemia e o banco autorizou o repasse para os 399 municípios do estado e o Montante deliberado: R\$ 12.000.000,00
131 e também o Montante repassado: R\$ 11.975.000,00. 11. RENDA AGRICULTOR FAMILIAR, Everton se apresenta e começa a explicar um pouco sobre o
132 renda agricultor e será um Apoio financeiro e serviços de assistência técnica e extensão rural a famílias do campo. o Renda agricultor realiza o Apoio
133 financeiro e serviços de assistência técnica e extensão rural a famílias do campo e que o mesmo fruto de uma parceria entre SEAB e IDR-Paraná,
134 iniciando-se em 2015. O público alvo são famílias rurais em situação de vulnerabilidade social. Cada família recebe recurso de até R\$ 3.000,00 e
135 acompanhamento técnico de extensionista rural. O Renda agricultor familiar tem o objetivo de Apoiar a produção para autoconsumo, melhorias no
136 saneamento básico e atividades produtivas agrícolas ou não-agrícolas e o Montante repassado: R\$ 18.000.000,00 – 6.900 famílias. 12. INCLUSÃO
137 PRODUTIVA SOLIDÁRIA consiste em Apoio a grupos de famílias rurais com projetos de produção coletiva teve Início em 2021 seu Objetivo: Apoiar
138 projetos coletivos de geração de renda agrícolas ou não-agrícolas. Seu Público: para grupos de famílias rurais em situação de vulnerabilidade social. Cada
139 família recebe recurso de até R\$ 4.000,00 e o grupo recebe acompanhamento técnico de extensionista rural. Alexan pergunta se o estudo do solo esta
140 atrelado nesse programa, Everton responde que quando é feito o diagnostico da família já é avaliado todas as condições de solo e climaticamente o que é
141 próprio ou não para ser plantado no local e que a família recebe o recurso juntamente com as sementes. 13. CAIXA D'ÁGUA BOA Everton continua a
142 explicar que esse projeto que entra no eixo de habitação que é uma parceria com a Sanepar que teve Início em 2017, seu Público: famílias em situação de
143 vulnerabilidade social que não possuem caixa d'água. Seu Objetivo: Garantir o acesso a água potável às famílias em situação de vulnerabilidade social. E
144 teve um Montante total repassado: R\$ 5.500.000,00 – 5.500 Famílias CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE DAS FAMÍLIAS são eles Residir em município que
145 possua contrato de concessão ou programa vigente com a Sanepar; Residir em domicílio abastecido pela Sanepar e que não possua caixa d'água; Estar
146 inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e encontrar-se em situação de vulnerabilidade social conforme Índice de
147 Vulnerabilidade das Famílias (IVFPR); e Possuir renda familiar de até meio salário mínimo nacional por pessoa. (vale a renda que está na Folha-Resumo
148 do Cadastro Único). Histórico: Everton continuou dizendo que começou em 2017 Fase I (piloto) em 09 municípios com 500 famílias já na fase II em
149 2019/2020 foram 70 municípios e 1.700 famílias e na fase III em 2020/2021 foram 64 municípios e 1.800 famílias e em 2022 Fase IV foram 53 municípios
150 e 1.500 famílias. Conselheiros Alexan e Carlos perguntaram se esse projeto pretende se expandir e chegar aos 399 municípios e a população indígena
151 que se habitua distante de alguns municípios. Everton responde dizendo que os 156 municípios que receberam o programa são os municípios que estão
152 dentro do recurso do BID e que nos anos passados foram feitos estudos sobre os municípios com maiores índices de vulnerabilidade e como não teve
153 recurso para todos os 399 municípios, foram priorizados esses com os maiores índices de vulnerabilidade. Ademir pergunta se o IDR abrange o estado do
154 Paraná como um todo, Everton responde que sim. 14. RENDA NOSSA GENTE Michele assume a reunião e explica como funciona as transferências de
155 renda, sendo o primeiro deles o nossa gente Paraná que ela vem como uma complementação ao programa do auxílio Brasil, e que essa transferência de
156 renda não é exclusiva para as famílias incluídas no programa nossa gente Paraná, diz também quem o governo federal complementaria a renda das
157 famílias até R\$ 105,00 e o governo do estado com R\$ 115,00. 15. PETR: Recursos BID, Michele faz a leitura que diz que BID autorizou utilização de R\$
158 26 milhões para repasse de benefício emergencial para atendimento às consequências da pandemia e foram 151 mil famílias atendidas entre dez/21 e
159 maio/22. 15. PETR: Prioridades foram 89.993 famílias de todos os municípios do Paraná foram selecionadas, sendo elas, Famílias Indígenas, Famílias
160 Quilombolas, Famílias com Pessoas Resgatadas de Trabalho Escravo, Famílias com Catadores de Material Reciclável, Famílias com Crianças de 0 a 6
161 anos, Famílias com menor renda per capita e Em caso de empate, são priorizadas as famílias cadastradas há mais tempo no CadÚnico e o informativo de
162 que Por questão de operacionalização financeira, não foram disponibilizados cartões às famílias do CadÚnico em que não consta o Responsável Familiar,
163 e para os quais não havia CPF válido. 16. Energia Solidária. Michele continua, agora dizendo sobre o energia solidária, que ele é o Complemento da
164 Tarifa Social de Energia Elétrica, teve Início em 2003 (antigo Luz Fraterna) com a parceria da Companhias de energia elétrica do PR, seu publico é
165 Consumidor Comum: Renda familiar per capita até ½ salário mínimo, beneficiadas com o Tarifa Social de Energia Elétrica e com consumo de energia
166 elétrica de até 150 kWh - Isenta a fatura de energia tem a derivação também do Consumidor Especial: Ser usuário de equipamentos eletromédicos e
167 renda familiar per capita até 3 salários mínimos - Estado paga o consumo até 400 kWh e seu montante repassado nos anos de 2019-2021 foi no valor de
168 R\$ 134.040.955,92 para um total de 439.457 famílias. 17. REQUALIFICAÇÃO URBANA Patrícia se apresenta a todos e começa a falar sobre a Situação
169 das Obras das Unidades Habitacionais e cita alguns locais e a quantidade de unidades por local, começando com Reboças (53 UH), Cantagalo (119
170 UH), Prudentópolis (89 UH) e completou dizendo que Visitas técnicas estão sendo realizadas a estes municípios para verificar a situação pós-ocupacional
171 das obras e dos beneficiários. E diz também que a moradia entra nesse projeto pois é algo com alta importância, uma boa casa é benéfico pra família e
172 que muda tudo na vida de uma família, com melhoras em saúde física, segurança alimentar, saúde mental, aprendizado e vários outros aspectos da
173 família acabou melhorando com uma moradia. Continua dizendo sobre as obras que ainda faltam entregar sendo uma delas em Wenceslau Braz (a
174 entregar 97 UH – 91 em finalização no território original e 6 a construir em nova área): • Reunião com grupos de famílias estão sendo realizadas para
175 tratar de temas que antecedem o retorno às casas, e outra em Ibituva (a entregar 177 UH – sendo 80 a construir em nova área): • Acompanhamento
176 intensivo da UGP junto aos entes contratados. • Em andamento Plano de Comunicação com os beneficiários: emissão de informativos, reuniões com as
177 famílias, canal Fale Conosco. • Visitas técnicas mensais ao território. 17.1 REDUÇÃO DE DÉFICIT HABITACIONAL, uma ação que antecipa a
178 necessidade dos municípios, que com o tempo se eles não previrem a habitação do interesse social nesses municípios, o mercado imobiliário acaba
179 afastando as famílias da possibilidade de conseguir a sua casa própria. 17.2 Situação das Obras das Unidades Habitacionais, Patrícia ainda comenta que
180 é feito um acompanhamento com a família antes e depois de ser entregue a residência com o foco social e ambiental. 17.3 REQUALIFICAÇÃO URBANA
181 ALUGUEL SOCIAL, Everton comenta que O Aluguel Social é previsto na Lei nº 17.734/2013 como um benefício assistencial, que tem por objetivo a
182 transferência de recursos para famílias que necessitam se retirar temporariamente de sua moradia em função da intervenção habitacional a ser
183 implantada por órgão e/ou instituição integrante da estrutura administrativa do poder Executivo Estadual e recebem o benefício enquanto aguardam a
184 conclusão de sua moradia definitiva. O valor do benefício do aluguel social é definido em conformidade
185 com estudo técnico e das condições de mercado realizado pela COHAPAR - Companhia de Habitação do Paraná e hoje está definido em R\$ 600,00. O
186 valor é transferido diretamente para a conta corrente do responsável familiar de acordo com o CadÚnico. Localidades atendidas: Cantagalo – 106 famílias

187 Imbituva – 171 famílias Prudentópolis – 85 famílias Rebouças – 52 famílias Wenceslau Braz – 89 famílias Total: 503 famílias Valor mensal por família – R\$
188 600,00 Montante repassado até 2021: R\$ 6.952.800,00 No momento: 233 em atendimento Valor mensal: R\$ 139.800,00. 18. RECOMEÇA PARANÁ,
189 Técnica Josiane se apresenta a todos e começa a falar sobre a Qualificação profissional voltada ao público empreendedor em situação de vulnerabilidade,
190 que prevê o repasse de Bolsa incentivo no valor de R\$ 900,00 com a contrapartida da conclusão de curso de qualificação do empreendedor ofertado pelo
191 Sebrae. Juntamente com os gráficos explicando MUNICÍPIOS PRIORITÁRIOS com as metas e o valor de R\$ 900.000,00 e o gráfico de MUNICÍPIOS
192 ADESAO com meta de 3.500 e valor de R\$ 3.150.000,00. 19. CAPACITAÇÕES E EVENTOS, Tamara retorna e explica a Previsão de Ciclo de
193 capacitações regionais entre junho e agosto de 2022 em agendamento. 20. AVANÇO FINANCEIRO, Tamara comenta que neste slide tem os valores de
194 quanto foi executado e o que ainda se encontra disponível juntamente com o Percentual do Saldo BID comprometido. AVANÇO FINANCEIRO, Valor
195 executado, por ano do pagamento - Programa Integrado de Inclusão Social e Requalificação Urbana Família Paranaense o gráfico mostra desde o ano de
196 2013 até 2022. 21. FUNDOS ESTADUAIS: FEAS, Tamara diz sobre os recursos que foram retirados dos fundos estaduais, junto com o: ano deliberado,
197 incentivo, valor total repassado por incentivo, valor deliberado e percentagem de execução. 21.1 FUNDOS ESTADUAIS: FIA, Tamara fez uma breve
198 leitura sobre o Objetivo: estabelecer uma rede integrada de proteção às famílias dos adolescentes que cumprem medida socioeducativa de internação e
199 semiliberdade. E o Valor do recurso = R\$ 36.000,00 até R\$ 372.000,00, falar de como funciona a Forma do repasse = convênio e fundo a fundo
200 juntamente com o Montante deliberado: R\$ 20.517.390,00 e por fim o Montante repassado: R\$ 14.184.677,30 22. FUNDOS ESTADUAIS: articulações do
201 Programa finalizadas, Tamara fez a leitura mostrando os projetos complementares que são eles: # Brincadeiras na Comunidade – SEDS; # Lazer no
202 Paraná – 2014/2015 SEET; # Agentes de Leitura do Paraná – SEEC; # Adolescentes Protagonistas – SEED; # Oficinas da Família – SEDS. 23.
203 MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO Tamara diz que o programa é monitorado pelo tribunal de contas, e o BID incrementou um pouco que ele fomenta o
204 monitoramento contínuo juntamente com metas que a maioria dessas já estão cumpridas 23. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO Tamara fala um pouco
205 sobre BASE Informação ✓ Preenchida corretamente ✓ Atualizada Instrumentos: Sistema Informatizado do Programa • Diagnóstico • Plano de Ação
206 Cadastro Único. 23. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO Tamara explica o passo a passo do monitoramento, que são eles: Avaliação Análise que utiliza-
207 se de métodos formais de pesquisas • Avaliação Intermediária • Avaliação de Impacto (duas etapas) • Avaliação Final > Qualitativa > Alcance dos
208 objetivos > Alternativas para aprimoramento > Sustentabilidade Monitoramento e Avaliação Processos complementares 23. Resultados ao longo dos
209 anos: Tamara explica os gráficos dizendo que o número de famílias em vulnerabilidade está diminuindo nos anos de 2013 a 2019 teve essa diminuição
210 considerável na média de famílias, também complementa dizendo que as famílias que foram acompanhadas, no começo do programa as famílias tinham
211 sua pontuação a 0,46 e ao final do mesmo, tiveram uma redução para 0,36. 23. Avaliação de Impacto, Tamara falou que O Programa melhorou em 3,2% a
212 vulnerabilidade das famílias em acompanhamento familiar. Dentre os componentes do Índice de Vulnerabilidade, as condições de escolaridades foram as
213 que mais se destacaram com melhoria de 4,8%, seguida da adequação do domicílio com melhoria de 3,7%, do acesso ao trabalho e renda com melhoria
214 de 2,7%, e do perfil e composição familiar com melhoria de 1,1%. Alexan solicitou uma nota técnica sobre o recomeça Paraná, solicitou para que seja
215 enviado para todos os ERs. Presidente Larissa felicita os participantes que se pronunciaram e falaram sobre o nossa gente Paraná, dizendo que o mesmo
216 já foi amplamente discutido e pensado, complementa dizendo que o mesmo foi premiado, continua explicando aos conselheiros do sociedade civil sobre o
217 como foi feito o passo a passo até chegar no momento de ser discutido, e continua dizendo que todos as deliberações, transparências e todas as pautas
218 da política de assistência social da dimensão da assistência social vem para o conselho seja pra conhecimento, informação ou aprovação e deliberação. E
219 continua parabenizando a equipe que rege o programa nossa gente Paraná.
220 Vice-presidente Renann felicita os envolvidos no programa, continua dizendo que ira acontecer o ultimo ponto de pauta que quem ira realizar será a
221 Thamiris com a leitura de recomposição das comissões. A mesma mostra a deliberação 053/2022 que é um apanhado atualizado da composição do
222 Biênio 2021 - 2023 completa dizendo que o arquivo estará disponível no site para melhor acesso a consultas. Adrianis se pronuncia sobre o desligamento
223 do antigo conselheiro titular Edson, dizendo que é automático, a suplente de Edson assumiria seu lugar como titular. Larissa consta que o renunciamento
224 de Edson foi acolhido na data, e continua dizendo que a comissão eleitoral é somente organizada a partir da demanda e que na possível próxima reunião
225 ordinária seja colocado a eleição. Andressa se manifesta via chat perguntando se os cartões corporativos dos novos conselheiros será solicitado na
226 sequencia, Thamiris responde dizendo que sim. Larissa deseja parabenizar a secretaria executiva pelo historico da apresentação registrada de cada
227 decreto, agradece também a participação do Emanuel e da Thamiris que juntamente com a casa civil trabalharam juntos para a reunião que está
228 acontecendo. Na sequencia, Thamiris exhibe uma minuta de deliberação para ser analisada que ira conter a re-composição das comissões, começando
229 fazendo a leitura dos anexos tendo alternância na suplente de Adrianis, substituindo Maysa por Adriana. Renann assume a reunião e agradece a todos os
230 participantes assim encerrando a reunião.